

ORGANIZAÇÕES POPULARES EM CURITIBA: Sujeitos e conflitos, organização e luta.

POPULAR ORGANIZATIONS IN CURITIBA: Subjects and
conflicts, organization and struggle

ORGANIZACIONES POPULARES EN CURITIBA: Sujetos y
conflictos, organización y lucha.

RESUMO

Considerando a vida cotidiana como um espaço de resistência a possibilidade transformadora, este artigo tem como objetivo analisar as potencialidades e limitações de organizações populares e suas territorialidades, como estratégia de ação, mobilização política e resistência frente a conflitos e contradições no espaço urbano, em Curitiba. Tendo isso em vista, realizaram-se dois estudos de caso referentes a organizações populares. No primeiro, trabalhou-se as lutas que envolvem a Associação de Moradores 23 de Agosto, no bairro Ganchinho. No segundo, a Ocupação Dona Cida, no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Metodologicamente, os estudos de caso, foram feitos com base em trabalhos e diários de campo, registros fotográficos e entrevistas narrativas. O resultado aponta para a existência de uma territorialidade nessas organizações, onde as relações de poder entre os sujeitos, atuando em rede, concretizam-se no espaço de forma multiescalar, em diferentes esferas e de forma poli dimensional.

Palavras-chave: Conflitos Urbanos, Territorialidade, Organizações Populares, Curitiba.

ABSTRACT

Considering everyday life as a space of resistance to transformative possibility, this article aims to analyze the potentialities and limitations of popular organizations and their territorialities, such as strategy of action, political mobilization and resistance to conflicts and contradictions in the urban space in Curitiba. Two case studies were conducted concerning popular organizations. In the first, the fights involving the residents association 23 de Agosto, in Ganchinho's neighborhood, were worked. In the second, the occupation Dona Cida, in Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Methodologically, the case studies were based on field work and diaries, photographic records and narrative interviews. Methodologically, the case studies were based on field research and diaries, photographic records and narrative interviews. The result points to the existence of a territoriality in these organizations, where the power relations between the subjects, acting in a network, are concretized in the space in a multiscale form, in different spheres and in a poly dimensional form.

Keywords: Urban Conflicts, Territorialities, Popular Organizations, Curitiba.

RESUMEN

Considerando la vida cotidiana como un espacio de resistencia a la posibilidad de transformación, este artículo pretende analizar las potencialidades y limitaciones de las organizaciones populares y sus territorialidades, como estrategia de acción, movilización política y resistencia a los conflictos y contradicciones en el espacio urbano, en Curitiba. Se realizaron dos estudios de caso sobre organizaciones populares. En el primero, se trabajaron las luchas que involucran a la Associação de Moradores 23 de agosto, en el barrio de Ganchinho. En el segundo, la Ocupação Dona Cida, en el barrio Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Metodológicamente, los estudios de caso se realizaron con base en trabajos y diarios de campo, registros fotográficos y entrevistas narrativas. El resultado apunta a la existencia de una territorialidad en estas organizaciones, donde las relaciones de poder entre los sujetos, actuando en red, se concretan en el espacio de manera multiescalar, en diferentes esferas y de manera poli dimensional.

Palabras clave: Conflictos Urbanos, Territorialidad, Organizaciones Populares, Curitiba.

Introdução

A cidade, colonizada pelas finanças, explode em insurgências, conflitos e violência. Mais uma vez, trata-se de processos globais e ao mesmo tempo profundamente locais de disputa pelos territórios – a guerra dos lugares [...], que simultaneamente questiona as políticas e prefigura outros mundos urbanos possíveis (ROLNIK, 2015, p. 16).

Na epígrafe acima, Rolnik (2015) denota a existência não só de uma guerra de lugares, mas de uma guerra pelos lugares. A autora traz, na obra citada, um apanhado no que se refere a questão da terra e da moradia, trabalhando em escala internacional e se debruçando sobre o fenômeno no Brasil. A proposta de Rolnik discute o longo processo de desconstrução da habitação como bem social e sua transformação em mercadoria.

Em meio a conflitos e contradições, decorrentes do processo de produção capitalista do espaço, pensa-se que esse não deve ser entendido como monolítico: existem fissuras, porosidades. Na perspectiva da autora “[...] o que está em jogo são processos coletivos de construção de ‘contra espaços’: movimentos de resistência a redução dos lugares a *loci* de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis”. (ROLNIK, 2015, p. 378). Partindo deste entendimento destacamos as organizações populares e suas territorialidades, que podem ser interpretadas como ativismos sociais, parte do que Raquel Rolnik trabalha como porosidades, resistências e quebras de consenso.

As explosões e os protestos envolvendo multidões são sismos por meio dos quais é possível vislumbrar a potência desse fermento. Entretanto, não é apenas nessas ocasiões, mas no dia a dia de cada um dos *fronts* dessa luta, que se desenrola a guerra dos lugares. Ela está em cada resistência a despejos e remoções, em cada luta antiprivatização e homogeneização do espaço, em cada apropriação do espaço coletivo como lugar de multiplicidade e da liberdade. Está, enfim, no exercício cotidiano de formulação e de luta pelo direito à cidade. (ROLNIK, 2015, p. 378).

Neste sentido, este texto tem como objetivo discutir a complexidade, dinâmica, potencialidades e limitações da produção do espaço, notadamente a luta pela moradia, através de duas organizações populares e suas territorialidades em Curitiba-PR: o caso da Associação 23 de Agosto, localizada no bairro Ganchinho e da Ocupação Dona Cida, localizada na Cidade Industrial de Curitiba.

Inicialmente, o texto discute os ativismos e movimentos sociais na trama da luta pela moradia. Embora a discussão dos estudos de caso tratadas apresentem diferentes temporalidades e não se enquadrem num mesmo tipo de ativismo social, em ambas as situações, se encontram elementos tratados por Rolnik. Os contextos expõem a contradição em torno da questão da moradia, destacam conflitos urbanos e mostram relações de poder existentes, na atuação e organização dos sujeitos, em redes de mobilização, que se realizam em proporções multiescalares, com diferentes esferas de atuação.

Os estudos de caso foram realizados com base em trabalhos de campo, registros fotográficos, diários de campo e na realização de entrevistas narrativas com lideranças da Associação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida. Durante os anos de 2018 e 2019, entre idas e participações em eventos nas comunidades, assembleias, audiências públicas e entrevistas, foram realizados 15 trabalhos de campo considerando os dois estudos de caso. Ainda, com o tempo, manteve-se contato direto com as assessorias, lideranças e grupos em redes sociais.

Tendo isso em vista, buscou-se um aprofundamento em procedimentos metodológicos qualitativos que pudessem dar apoio aos trabalhos de campo e as entrevistas, como foram os registros fotográficos e, principalmente, os diários de campo. Para cada trabalho de campo elaborou-se um diário. Neste, constam datas de realização dos campos, anotações gerais decorrentes de observação e percepção dos fenômenos, e, principalmente, de conversas informais com os moradores e lideranças nas comunidades. O diário de campo

aparece como um elemento de grande importância para a sustentação dos estudos de caso, tendo em vista que neste tipo de estudo, envolvendo organizações populares (de forma a contemplar os ativismos sociais em geral e no sentido estrito), sujeitos e formas de percepção dos fenômenos, apenas a realização de entrevistas narrativas não seria suficiente para o entendimento da complexidade dos casos.

Ao falarmos em entrevistas narrativas, tratamos especificamente de um método de pesquisa qualitativo. As entrevistas narrativas, para Jovchelovitch & Bauer (2002, p. 103-104), são particularmente úteis em projetos que envolvem políticas locais, grupos sociais e projetos que combinam histórias de vida e contextos sócio históricos. Como apontam Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 95), a entrevista narrativa “[...] é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, [...] é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas”.

Partindo destes princípios, as entrevistas foram preparadas após a realização dos primeiros trabalhos de campo, tendo em vista a necessidade de um melhor entendimento de cada contexto para a organização do conteúdo. Assim, para cada entrevista preparou-se um tópico inicial no sentido de estimular o relato, passou-se pela narrativa central e encerrou-se com uma fala conclusiva do entrevistado. Foram realizadas quatro entrevistas narrativas, e, concederam relatos e participaram do processo de pesquisa duas lideranças de cada estudo de caso, totalizando quatro lideranças. Estas entrevistas tiveram um tempo médio de duração de 39 minutos e foram transcritas, analisadas de forma temática e discutidas no decorrer deste texto.

O texto ora apresentado está dividido em cinco partes, sendo a primeira a presente introdução. Na segunda discute-se questões políticas relacionadas à questão da moradia, contextualizando a cidade de Curitiba dentro dessa temática. Em seguida, nas partes três e quatro, são apresentadas, caracterizadas e analisadas duas organizações populares: os casos da ocupação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida, suas lutas, processos de resistência e problemas. Na parte cinco apresenta-se uma análise das territorialidades das organizações populares já citadas, suas limitações e potencialidades.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir para entender a questão da moradia como parte do processo de produção de espaço que traz, intrinsecamente conflitos em múltiplas escalas, sempre associados a processos de resistência, dentro do contexto brasileiro de modo geral e, em particular, na cidade de Curitiba.

Ativismos e movimentos sociais na trama da luta pela moradia

Para Albuquerque (2007), a questão da moradia, como contradição e conflito, coloca em xeque o discurso da cidade modelo de Curitiba. A mal resolvida questão da habitação mostra que a capital paranaense não está excluída da realidade urbana do cenário nacional. Embora existam diferenças entre os casos da ocupação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida, a primeira observação é que os casos têm como ponto de partida a mesma contradição no processo de produção do espaço: a questão da moradia.

Considerando a questão da moradia como cerne dos conflitos aqui discutidos, faz-se necessário apresentar o enredo, um pano de fundo - ainda que sucinto - de forma a contemplar o debate e entender parte dos processos que envolveram, ou que, ainda envolvem os cenários políticos, programas governamentais e as ações dos movimentos frente a este quadro. Considerando, especificamente, a política urbana, na perspectiva de Rolnik (2015, p. 264)

A partir de um intenso debate no seio da sociedade civil, nos partidos e entre governos acerca do papel dos cidadãos e de suas organizações na gestão das cidades, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por avanços legais no campo do direito à moradia e do direito à cidade. A Constituição de 1988 incorporou um capítulo sobre política urbana, estruturado em torno da noção de função social da cidade e da propriedade, do reconhecimento dos direitos de posse dos milhões de moradores das favelas e periferias das cidades do país e da incorporação direta dos cidadãos aos processos decisórios relacionados a essa política.

Neste ponto, vale ressaltar que, de acordo com o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa constituição”, ou seja, de acordo com a lei fundamental do Brasil, todo cidadão tem direito à moradia. De acordo com Boulos (2012, p. 18),

Entender a moradia como direito significa pensá-la a partir da necessidade e do uso. Ao contrário, a lógica capitalista dominante trata a moradia – e todos os direitos sociais – a partir do valor medido em dinheiro, o valor de troca. Para o capital, pouco importa se há gente precisando de moradia, importa se há quem possa pagar por ela e trazer lucro às construtoras e donos de terra. Tudo é transformado em mercadoria, independente das necessidades sociais. [...]. A moradia (digna), além disso, é uma mercadoria muito cara para a maioria dos trabalhadores brasileiros. Durante muito tempo, foi quase um item de luxo.

Embora, na década de 1980, tenham ocorrido avanços no texto constitucional, no que diz respeito aos direitos sociais, no sentido de inclusão e diminuição das desigualdades, posteriormente o cenário econômico mundial colocou os governos em outra direção. Na década de 1990, a ascensão neoliberal forçou reformas fiscais ortodoxas, reverberando numa retração de gastos públicos ligados a direitos sociais. Assim, na perspectiva da autora,

Da mesma forma que a maioria dos países latino-americanos, o Brasil passou por uma séria crise financeira ao final dos anos 1980, o que restringiu suas possibilidades de seguir uma agenda desenvolvimentista. Por outro lado, a transição da ditadura para a democracia não significou a derrocada das forças políticas que estavam no poder. Por mais que novos atores – como movimentos sociais urbanos (entre eles, os de moradia) e o novo movimento sindical – tenham entrado em cena por meio de novos partidos e participado cada vez mais nos órgãos legislativos e executivos no nível local, os líderes dos antigos partidos e das antigas oligarquias ainda detinham grande influência e controle político (ROLNIK, 2015, p. 268).

O Brasil ficou 23 anos sem uma política de habitação de proporções nacionais: entre 1986 e 2009: ou seja, desde a falência do Banco Nacional de Habitação (BNH) - em 1986 - até o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2009. A existência dos programas não significa o equacionamento da questão da moradia, longe disso. A atuação de ambos os programas fomenta diretamente o mercado imobiliário e as grandes construtoras. Da mesma forma, as parcelas mais pobres da sociedade não foram e não são porcentagem majoritária do total de moradores atendidos pelos programas em questão, ainda que o quadro tenha melhorado durante o MCMV.

Todas essas questões e o contexto político-econômico no governo Fernando Henrique Cardoso não passaram sem conflitos. Discorre Rolnik (2015, p. 270),

Além de conquistar administrações locais importantes durante esse período, a esquerda também constituiu uma forte oposição política no Congresso Nacional. Ela não foi forte o suficiente para interromper todas as reformas conduzidas pelo governo, mas conseguiu postergar e mitigar algumas delas, como a privatização de serviços urbanos essenciais, por exemplo, abastecimento de água e saneamento. O reconhecimento constitucional do direito à moradia como direito fundamental em 2000, e a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257) em 2001, são exemplos de conquistas pontuais [...] de movimentos sociais e forças da esquerda, no âmbito de suas lutas pelo direito à cidade.

Ressalta-se, desse modo, o papel dos movimentos sociais populares. Em especial, como destaca Gohn (1991, p. 9), a partir dos anos 1970, “[...] movimentos com caráter de classe, a partir das camadas populares, em nível local de moradia, lutando por bens de consumo coletivo, nos setores de infraestrutura urbana, saúde, educação, transporte, habitação, etc.”. Discorre Gohn (1991, p. 13),

O desemprego, o aumento dos aluguéis, a mudança da legislação na área do solo urbano dificultando a constituição de novos loteamentos populares, [...], o esgotamento dos espaços disponíveis nas favelas, etc. levaram às invasões [ocupações] coletivas de áreas urbanas e a constituição de movimentos de luta pela moradia. As diferentes formas de luta, [...], todas elas já iam nascendo posicionadas, ou seja, com caráter e marcas políticas e/ou partidárias, definidas segundo o grupo de assessoria a que se articulavam ou as posições das lideranças populares que assumiram a direção de suas ações [grifo nosso].

Além dos movimentos populares por moradia, a autora aponta que surgiam movimentos associativistas em torno da causa, como seria o caso de algumas associações de moradores. Os contextos políticos e econômicos existentes em diferentes temporalidades nos apontam processos e lutas decorrentes, e, os contextos da luta por moradia não são diferentes. Em 1º de janeiro de 2003, chegaria ao poder uma coalisão liderada pelo Partido dos Trabalhadores, força que se originou das lutas e movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990. Sobre esta ascensão, discorre Rolnik (2015, p. 262),

Uma de suas agendas era a construção de um Estado de direitos, em que o acesso à moradia adequada e o direito à cidade eram elementos importantes. Por outro lado, é exatamente no mesmo período que o país vê avançar a hegemonia dos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como das agendas e pautas neoliberais, especialmente nas políticas habitacionais e urbanas, o que faz com que esse momento seja marcado por ambiguidades e contradições.

Nos primeiros anos do século XXI, o Brasil viveu um período de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), redução de desemprego, reajuste no salário-mínimo. Rolnik (2015) destaca, também, a retomada do papel dos bancos e fundos públicos por meio de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV). Este último, gerando uma grande ampliação dos subsídios públicos para a construção de residências

Como nos aponta o trabalho de Tonella (2010), Curitiba passou por algumas eclosões de ocupações de terra: uma entre 1988 e 1992, precisamente a temporalidade do estudo de caso da Associação 23 de Agosto; outra tendência iniciou-se após o ano de 2006, discussão mais próxima do que trataremos no estudo de caso da Ocupação Dona Cida e entorno.

Associação de moradores 23 de agosto: das conquistas à organização comunitária

Numa tarde de céu cinzento de um dia útil, partimos do CIC - Cidade Industrial de Curitiba - com destino a Vila 23 de Agosto, no bairro Ganchinho. O trajeto vai de uma porção da periferia da cidade de Curitiba à outra, num eixo que corresponde a passagem da região Oeste para a região Sul da capital. No caminho, prevalecem características marcantes de um bairro, como o próprio nome nos revela, industrial. Conjuntos habitacionais, ruas e avenidas beiram a rodovia, cercadas dos dois lados por uma diversidade de indústrias de diferentes dimensões e particularidades de produção industrial.

Atravessam-se alguns bairros: CIC, Pinheirinho, Sítio Cercado e finalmente, a paisagem apresenta-se de forma diferente. Ruas de pavimentação consideravelmente novas, uma infinidade de conjuntos habitacionais de pequenos blocos de apartamentos, característicos de obras da COHAB. No horizonte, alguns terrenos ainda não ocupados, possivelmente postos a especulação: entramos no bairro Ganchinho. Uma ocupação caracterizada por residências de construção bastante próximas, diferente do padrão das chamadas "áreas planejadas", que ainda que com ruas asfaltadas as residências dão com as portas diretamente para as ruas.

Pequenos estabelecimentos comerciais: lanchonetes, lojas, um comércio de verduras. Em frente, uma unidade de saúde, uma igreja; chama a atenção uma construção de paredes amarelas e escritas em azul: estamos na Associação de Moradores 23 de Agosto, na Vila 23 de Agosto. É uma associação de bairro organizada pelos moradores da Vila 23 de Agosto, parte de um processo histórico de ocupação que teve início pouco antes do dia 23 de agosto de 1991. Segundo Informações narradas pela entrevistada Vera Lúcia Soares Peres, atual presidente da Associação de Moradores 23 de Agosto, essa ocupação ocorreu após realização de uma assembleia que reuniu aproximadamente três mil pessoas, organizada por militantes do movimento de luta por moradia, da Região Sul de Curitiba.

A ocupação do terreno ocorreu em uma das gestões do então prefeito Jaime Lerner (1989-92), conhecido pelas suas políticas urbanas. Ainda, vale pontuar que, no contexto da ocu-

pação, completavam o cenário político (em escalas estadual e nacional) o início da gestão de Roberto Requião, como governador do Estado do Paraná (1991-94) e, atravessava-se o curto mandato, na presidência da república, de Fernando Collor (1990-92), que seria sucedido, após *impeachment*, pelo vice-presidente Itamar Franco (1992-95).

De acordo com a entrevistada Vera Lúcia Soares Peres, a ocupação surge de uma necessidade, tendo em vista o alto valor dos aluguéis, comparado aos baixos salários da população. Com isso, sentiu-se, também, a necessidade de uma organização popular, com o objetivo de organizar uma luta por moradia. Assim, discorre Peres,

Fazia quase dois anos que a gente já estava se organizando. Associações de moradores, nas igrejas. [...]. Aí nós decidimos fazer uma assembleia, foi no salão de esportes da Paróquia São Pedro, no Xaxim, onde tinha mais de três mil pessoas. Nessa assembleia foi decidido pela ocupação, porque o povo não aguentava mais esperar. Porque não tinha resposta do poder público. Aí a gente se organizou bem e teve uma equipe que começou a procurar terrenos. Essa equipe achou o terreno aqui nesse lugar e nós viemos para cá, no dia 23 de agosto de 1991. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Segundo ela, o início da ocupação foi de muita repressão e conflitos com proprietários de terras do entorno. Além da organização dos moradores, com o objetivo de pressionar o poder público pela negociação do terreno, também houve a participação da igreja como mediadora: um bispo da época organizou uma reunião entre as partes interessadas, na Cúria Diocesana de Curitiba, para o início da negociação. Neste sentido, continua Peres

A gente sempre conversou. A gente não queria tomar nada de ninguém, a gente queria ter um direito à moradia. E aí que começou a negociação, a partir daí. Foram muitas e muitas reuniões até chegar a um censo comum. A gente fazia reunião lá, fazia assembleia aqui. [...]. Depois de muitas assembleias com os moradores chegamos a um consenso, quando todo mundo concordou com o valor das prestações. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Com o avanço nas negociações (que passaram pelo pagamento de prestações da comunidade aos proprietários do terreno, pressão direta ao poder público e processos jurídicos), os relatos mostram que outras lutas seguiam paralelamente em torno de condições básicas para a produção do espaço: água, luz, saneamento básico, educação, saúde. Passados 24 anos de lutas na região - que até então era uma ocupação -, no ano de 2015, organizados pela associação, os moradores conseguem a regularização fundiária do terreno, sob a gestão municipal do então prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (2013-16).

Frente as lutas, ganha importância a construção da Associação de Moradores 23 de Agosto. Durante a ocupação, as lideranças organizaram espaços que foram tratados como "áreas públicas". Entretanto, como é sabido, há uma complexidade de fatores envolvida no que diz respeito aos processos de ocupações. Com o avanço da ocupação do terreno, parte do espaço destinado a área pública foi ocupado, fazendo com que, em 1992, os moradores se organizassem em torno da construção do que seria a sede da associação.

Sobre o processo de construção da associação, discorre Perez

A gente tinha deixado já um espaço que era pra área pública e pra construção da associação de moradores. Quando foi um dia, amanheceu uma casa já nesse espaço. Aí a gente se obrigou a reunir todos os moradores aqui e começar a fazer um alicerce pra construir a sede da associação. [...]. O órgão público a gente imaginava que era o posto, hoje a gente tem o posto de saúde. A gente pensou em tudo quando nós viemos pra cá. Nós pensamos nas ruas. A gente deixou ruas de 10 metros, 12 metros, 16 metros de largura. [...]. E aí, nesse espaço que nós construímos a associação de moradores. Agora, a diretoria mesmo da associação foi em fevereiro de 1992. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

A construção da associação foi - como percebido tanto nos relatos, quanto nos trabalhos de campo - um marco importante para a produção do espaço na Vila 23 de Agosto, tornando-se não apenas uma organização política construída pelos moradores, como criando um papel de centralidade para uma série de atividades no local. Teve também papel fundamental no processo de regularização fundiária do terreno, como aponta Peres

E aí, a associação que desde lá encaminha tudo. Tudo que é decidido em assembleia, reuniões. Porque pra poder negociar com a COHAB também, a gente precisava da associação de moradores. E aí fomos construindo a sede. [...]. E aqui que a gente faz as atividades da associação. Nós temos aqui várias atividades que é a padaria comunitária, nós temos aqui curso solidário também pra quem vai fazer ENEM, pra quem vai fazer vestibular. Nós temos também capoeira, tem duas vezes por semana capoeira. Nós temos também o projeto do Programa de Aquisição de Alimentos [PAA], orgânicos...e tem vários cursos aqui também, a gente programa vários cursos através da Padaria Comunitária. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

A Associação de Moradores 23 de Agosto, de fato, além de sua atuação política, aparece também como um espaço de formação. Neste ponto, é importante destacar que a construção de um espaço físico comunitário se tornou um fator facilitador para a realização de diversas atividades, principalmente num contexto de ocupações, onde a ausência de espaços limita as possibilidades de ações que possam vir a ser concretizadas. Como aponta o trecho supracitado, na sede da associação de moradores acontecem, além das reuniões da diretoria e assembleias, atividades que atraem não apenas moradores da Vila 23 de Agosto, como pessoas de bairros próximos, considerando o alcance, por exemplo, de um curso pré-vestibular gratuito.

Foram 24 anos entre a ocupação do terreno e a regularização fundiária. Ainda que não sejam números oficiais, o início da ocupação contou com 789 famílias. Com o passar dos anos, chegou a 1.200 famílias. Contudo, com a saída de 400 famílias como parte de um processo de realocação, a vila conta com aproximadamente 800 famílias. Sobre este processo, explica Peres

Tem muito ainda pra fazer. Existia um projeto, que foi feita a realocação na área de risco, e existe um projeto na prefeitura de fazer um parque ciliar, na beira do rio. Só que verba pra isso, ninguém sabe quando vai ter [...]. É uma coisa bem pro futuro. E aí nós temos um pessoal que a gente conhece que são da universidade, do grupo Alicerce, eles têm um projeto popular. E devagarinho está indo, porque não é fácil a implantação de um parque. [...]. Tem espaços pra fazer hortas comunitárias. E aos pouquinhos a gente vai conseguindo aí a implantação desse parque. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Neste trecho, destacamos duas coisas: o parque e o grupo de apoiadores. O Alicerce, em destaque, é o Coletivo Alicerce Popular. Neste ponto, faz-se necessário algumas amarrações. O Alicerce Popular, além do apoio frente a construção coletiva do parque, é também o grupo responsável pela organização e realização do cursinho popular referido anteriormente, oficialmente nomeado Cursinho Popular Alicerce 23.

O coletivo vem atuando em algumas frentes de apoio e, a entrevista de Sidney Martins, militante do Coletivo e morador da Vila 23 de Agosto, elucida

A 23 de Agosto foram duas ocupações, né? Uma que foi organizada e uma que foi desorganizada. A que foi organizada, acho que esse é um problema das ocupações, que você organiza até um certo tempo. [...]. A intenção quando foi ocupada, era ocupar até a esquina de cima ali. Perdeu o controle e ocupou toda a margem do rio [...], daí foi ocupado tudo e foi realocado [...]. Só que a prefeitura não construiu nada na margem do rio, aí foi ocupado de novo de forma desorganizada. [...]. Na primeira ocupação foi tudo demarcado, terreno dividido 18x8m, essa era a média. Na segunda, virou uma favela gigante. [...]. Ficou um processo de vários anos, foi realocado, pra umas casas que foram construídas ali pra cima. Mas a própria COHAB construiu com recurso do PAC. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Tendo em vista este contexto e o espaço existente na margem do Ribeirão dos Padilhas, rio que passa por grande extensão da vila, é que floresce a discussão que diz respeito a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto.

Com base nos trabalhos de campo e nos relatos, fica evidente que a Construção do Parque surge de um casamento de fatores: (a) da carência de áreas de lazer para a vila e para o entorno, (b) da falta de ação por parte do poder público tanto no sentido de investimento no projeto, quanto na manutenção da limpeza da área, e, (c) para que, com a mudança no sentido do uso do espaço, seja evitado o acúmulo de lixo e entulho nas margens do Ribeirão dos Padilhas. Neste sentido, desenvolve Martins

Não tem espaço de lazer próximo aqui. [...]. Aí a gente fez um formulário, chamou todo mundo, o Alicerce, né? Entregamos panfleto aqui nessa vila, na outra, pra chamar as pessoas pra uma reunião, pra falar sobre a construção de um parque por iniciativa popular. [...]. A intenção de construir o parque não era só o espaço físico para lazer, mas junto com a construção do parque usar a construção do espaço como uma maneira de fazer atividades culturais e formação política, tudo junto. [...]. Os arquitetos sugeriram fazer um questionário pra ver o que os moradores da vila queriam para o parque. Como eles pensavam o espaço e o que eles pensavam em construir. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

A discussão referente a área de construção do parque envolve, além da associação de moradores e o coletivo, uma ONG, grupos de estudo e um ateliê de arquitetos. Embora a iniciativa tenha envolvido uma diversidade de sujeitos e criado uma organização em torno do projeto, o que se pôde fazer até o momento diz respeito apenas ao plantio de árvores na área.

A integração entre as atividades e projetos desenvolvidos na associação com o apoio do coletivo chama a atenção de maneira positiva. A ideia de organização popular e formação política perpassa as iniciativas, envolvendo a comunidade não apenas no sentido de moradores da vila, mas também escolas do entorno e apoiadores externos. É neste sentido que trazemos o foco também para o Cursinho Popular Alicerce 23. Sobre o tema, explica Martins

Inicialmente a gente fez aulões, ano passado foram seis aulões pré-vestibular. [...]. A aula é manhã, tarde e noite. Tem café, a intenção é fazer uma aula com uma organicidade muito maior. Tanto que tem o café, almoço, tudo coletivo. [...]. A gente estabeleceu quais seriam os princípios pedagógicos que a gente seguiria, que é bastante freiriano. A gente estudou o método Josué de Castro que o MST aplica nas escolas do MST, para ter um norte [...]. A gente estudou bastante essas coisas, estudou sobre as leis da educação brasileira. [...] Nossa intenção não é simplesmente fazer um cursinho assistencialista, entende? [...] O próprio método que a gente tem ali, que seria você usar o conteúdo, mas tentar fazer aquela questão freiriana, de você associar o conteúdo com o seu entorno, que é uma formação mais sobre a realidade do próprio aluno e também criticar o conteúdo. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

O cursinho solidário, totalmente gratuito, ganha importância no contexto da periferia da cidade, tendo em vista a dificuldade de acesso existente à universidade das classes mais pobres no país. Salientadas conquistas e atividades em parceria com apoiadores externos, passando pela padaria comunitária, cursos, pré-vestibular solidário, construção coletiva do parque, aulas de capoeira, entre outras atividades, é evidente que existem algumas dificuldades no que diz respeito a organização política. Sobre a temática, explica Peres

No começo, aqui, o povo se organizava mais. Então a gente dividia por grupos, né? A gente tinha um representante por rua, cada rua tinha um representante. Como a gente não tinha celular na época, não tinha nada, não tinha telefone, era no “boca a boca” mesmo que tinha que se organizar. [...] Cada um avisava sua rua da assembleia que ia ter, de reunião que ia ter. E através dessas reuniões e assembleias a gente tirava as propostas. [...] Então é desse jeito que a gente sempre se organizou, através mesmo da conversa, de equipes de pessoas. E até hoje, a gente não tem mais representantes de rua, mas a gente tem os grupos, né? O grupo no WhatsApp que a gente passa a informação. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

De forma geral, em qualquer tipo de ativismo, existem momentos de avanços e de recuo. Isso ocorre por uma série de razões e, principalmente, de contextos de luta. De acordo com a presidente da associação, a diretoria é formada, atualmente, por 12 pessoas. Todavia, de acordo com Martins

Claro que há um ceticismo das pessoas achando que não vai acontecer e há falta de hábito, as pessoas não estão acostumadas a participar ativamente da construção de algo. Há uns quinze anos atrás isso era muito frequente aqui. Isso acho que por causa da igreja, na verdade. A associação era muito ligada com a igreja, então quando iam construir alguma coisa, muita gente participava. Mas a vila cresceu bastante, a igreja meio que dispersou e separou igreja e associação. Tanto que nas atividades da associação vão pouquíssimas pessoas. É muito difícil articular as pessoas que moram no local para elas participarem ativamente de algo (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Outra questão sobre a organização política - explorada na narrativa de Martins e perceptível em conversas informais com moradores - diz respeito as diferentes temporalidades nas quais as pessoas se tornaram moradores. Trata-se de diferenças de leitura do processo de quem está na vila, desde a ocupação, de quem cresceu na vila e de quem passou a morar no terreno numa temporalidade onde a ocupação tinha estabilidade e estrutura básica.

A associação mostra-se atuante em escala local e com uma base de apoiadores externos que potencializa a realização de suas variadas atividades. Ao discutirmos esse tipo de ativismo social - o ativismo de bairro -, historicamente, sabe-se de muitos casos onde houve cooptação de lideranças e relações de clientelismo entre associações de moradores e políticos locais. Todavia, em meio a este contexto, a Associação 23 de Agosto manifesta-se como uma resistência. Há, nas atividades realizadas, ideais de formação política, de formação crítica. Isso é visível tanto nas atividades como o Cine Clube (atividade que exhibe filmes brasileiros seguidos por uma discussão coordenada, em grupos, cm objetivo de desenvolver o senso crítico na comunidade), cursinho solidário e construção coletiva do parque, quanto na organização das lideranças populares em reuniões, assembleias, nas negociações com a regional e nas questões jurídicas. Inspirado na obra de Gohn (1991), elaborou-se o organograma exposto na Figura 01, com o objetivo de visualizar parte da complexidade que envolve as redes de relações políticas da Associação.

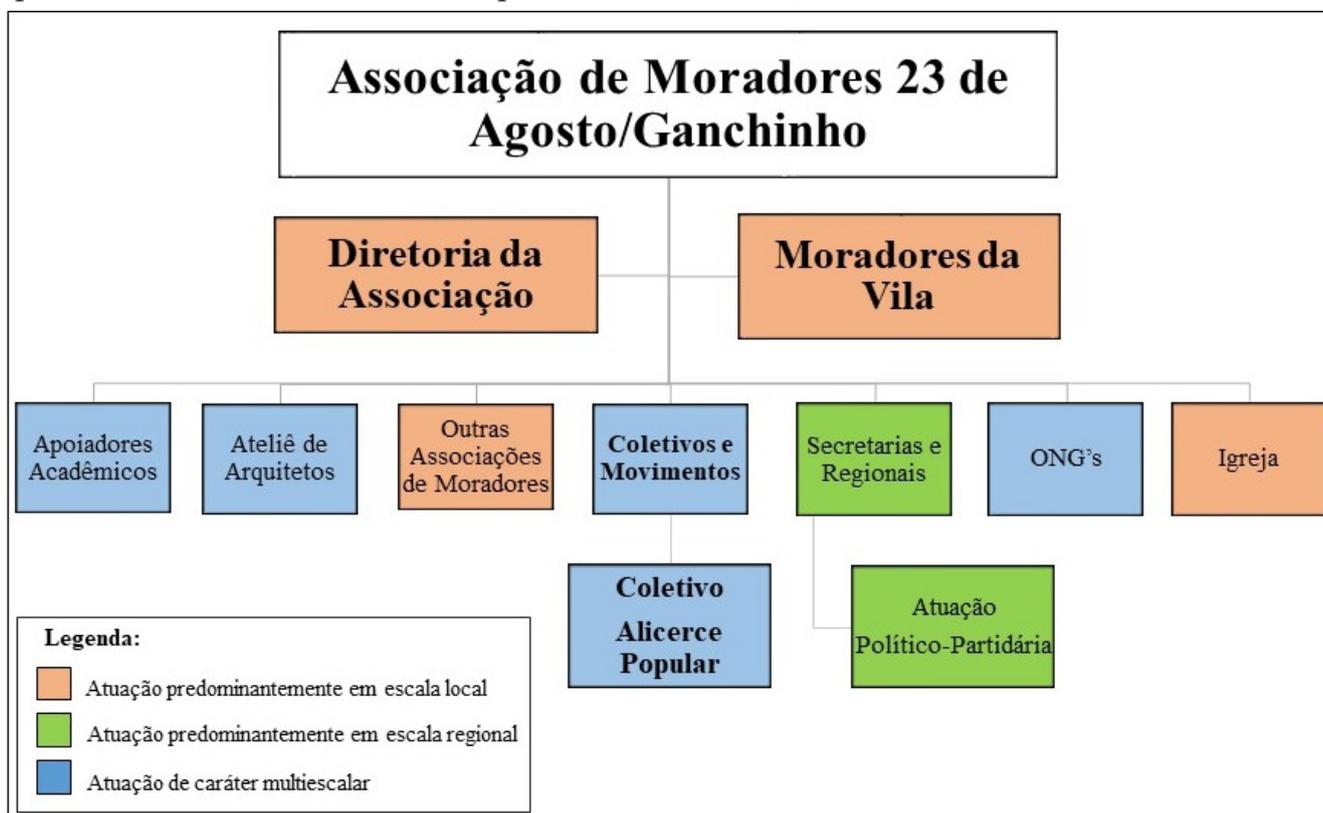


Figura 01. Associação 23 de agosto - Organograma de Organizações e Sujeitos Atuantes.
Elaboração: Lima e Cigolini (2019). Fonte: entrevistas e trabalho de campo na comunidade.

Evidentemente, as relações ocorrem em diversos níveis e escalas. Todavia, buscou-se destacar organizações e sujeitos envolvidos de forma mais direta no contexto atual da Vila. É importante reconhecer que, embora a Vila e a Associação tenham obtido diversas conquistas como água, luz, asfalto, saneamento, e, por fim, a tão desejada regularização fundiária do terreno, manteve-se uma certa organização política direcionada a novas pautas proporcionadas pelo contexto histórico, e manteve-se uma organização comunitária sólida, ainda que consideradas as dificuldades de organização política.

No decorrer de um processo histórico que teve como ponto de partida uma contradição, a questão da moradia em Curitiba, a ocupação da Vila 23 de Agosto floresce de uma resistência a ordem dominante e busca manter, de certa forma, suas raízes políticas. Atualmente, as carências e demandas dizem respeito ao rápido crescimento que não foi acom-

panhado da respectiva estrutura educacional, de saúde e de lazer. Neste sentido, as lutas da associação pautam a construção de escolas, postos de saúde e, num exemplo trabalhado anteriormente, a construção do parque nos arredores do Ribeirão dos Padilhas. Ainda, luta-se pela entrega de todas as escrituras do processo de regularização fundiária.

Dona Cida: da Ocupação à resistência

Tomando como ponto partida um contexto da cidade completamente diferente da seção anterior, parte-se, num fim de semana, da Reitoria da Universidade Federal do Paraná com destino as ocupações urbanas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Neste caso, a rota vai da região central de Curitiba para a região Oeste, indo, assim, do centro à periferia. Pelo caminho, inicialmente, traços característicos de regiões centrais: prédios, comércios, avenidas rápidas.

A paisagem só se mostra consideravelmente diferente no momento em que se toma a Linha Verde (Uma das principais vias da cidade de Curitiba, atravessando a capital e cortando-a de Norte a Sul) e avança-se em direção aos bairros das regiões Sul e Oeste. Após um pequeno trecho paralelo a rodovia BR 116, entre as vilas Barigui e Sabará pela Avenida Juscelino Kubitschek (duas das porções mais precarizadas em termos de moradia e estrutura urbana da Cidade Industrial de Curitiba), toma-se o viaduto em direção a Vila Sabará. A produção do espaço no bairro já possui uma forma mais característica, com maior proximidade entre uma casa e outra. Seguindo pela rua Estrada Velha do Barigui, passando por algumas indústrias do ramo alimentício e tecnológico, tornam-se visíveis barracos de madeira, casas autoconstruídas. Passada a última fábrica do caminho, tem fim também o último trecho asfaltado do trajeto.

Entra-se no conjunto de ocupações urbanas, chamado, por alguns, de Complexo Hugo Chávez. Crianças brincam pela rua com alguns cachorros aos seus lados; um fluxo considerável de pessoas indo e vindo numa rua de terra estreita e irregular. Dos dois lados, um adensamento de barracos de madeira; pequenas vielas dão acesso aos fundos das ocupações. Numa esquina de pequenos comércios e veículos estacionados, chega-se ao destino. Estamos na Ocupação Dona Cida.

Este complexo de ocupações urbanas diz respeito ao conjunto formado pelas ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida. Ressaltamos este fato tendo em vista que as quatro ocupações ocorrem no terreno de maneira contígua, tendo origens num mesmo princípio de organização. Receberam diferentes nomeações considerando que foram ocupadas em diferentes temporalidades e contextos, entre 2012 e 2016.

O caso da Ocupação Dona Cida teve seu início nos dias 16 e 17 de setembro de 2016, quando 200 famílias ocuparam o terreno localizado no bairro CIC, próximo à Vila Sabará, nas proximidades do limite do município de Curitiba com Araucária. Na época, a ocupação teve apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Paraná (MTST-PR) e foi batizada pelo nome Dona Cida, homenagem a uma militante sem teto falecida em julho de 2016. Estima-se, de acordo com a entrevistada Beatriz Martins de Lima - na época do relato, coordenadora da Ocupação 29 de Março e, atualmente, uma das vices coordenadoras da Dona Cida que, na Ocupação, estejam residindo aproximadamente 380 famílias.

Na época da ocupação os militantes envolvidos na organização compunham o MTST. Todavia, com o tempo, houve mudanças na conjuntura política dos quadros do movimento, fazendo com que os militantes retomassem sua atuação como Movimento Popular por Moradia (MPM). Nesse sentido, é perceptível uma certa dificuldade de compreensão dessas continuidades e descontinuidades, tanto pelos apoiadores externos, quanto pelos próprios moradores das ocupações. Explica Paulo Bearzoti Filho, professor e militante do MPM em Curitiba,

Parte dessa militância do movimento popular surgiu com militantes do PSOL no Núcleo de Movimento Popular do PSOL. [...] Em 2010 nós conhecemos o MTST. Um companheiro veio para cá e nos convidou para compor a Frente Resistência Urbana. Mas, para atuar na Resistência Urbana, você não podia atuar como partido. [...] Então nós, as mesmas pessoas, construímos o MPM, Movimento Popular por Moradia, para participar das atividades da Resistência Urbana. [...] Em 2013 nós saímos do PSOL, e, quando saímos, o pessoal nos convidou, pessoal de São Paulo e tal, para entrarmos no MTST. [...] Por dois anos e meio, nós estivemos no MTST. Aí aconteceu o inverso, né? O MTST foi para o PSOL. [...] Voltamos a militar como MPM. Então, no momento que inicia a Ocupação Dona Cida, em 2016, nós estávamos no MTST. Na medida em que a aproximação com o PSOL foi se materializando, nós, mais ou menos ali em 2018, já um pouquinho em 2017, fomos, enfim, saindo. [...] A Frente Resistência Urbana, que eu saiba, não existe mais. [...] Porque depois se construiu a Frente Povo Sem Medo. Então grande parte do esforço de construção da Resistência Urbana, e grande parte dos movimentos, embora, creio, não todos, esse esforço foi direcionado para construir a Povo Sem Medo. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Sobre a organização e ocupação dos terrenos, complementa:

Ali são quatro ocupações, são contíguas, não tem um nome em comum. E são quatro porque surgiram em momentos diferentes. Se você olhar, é a mesma área. Embora passe a Estrada Velha do Barigui ali no meio e tal. A primeira foi a ocupação Nova Primavera, em 28 de setembro de 2012; a segunda foi a ocupação 29 de Março, em 26 de março de 2015; depois a ocupação Tiradentes, no dia 17 de abril de 2015, e; a Dona Cida, se não me falha a memória, em 16 de setembro de 2016. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Em reflexão, sobre as ocupações Nova Primavera e 29 de Março, assinala Volochko (2016, p. 46), “[...] ocorreram em terrenos particulares pouco valorizados (entre indústrias e galpões), sendo organizadas pelo MPM e lutando pela construção, via Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, [...], de empreendimentos residenciais para as famílias”. Embora recebam nomeações diferentes pelas temporalidades no processo de produção do espaço, é preciso entender que mesmo trabalhando com enfoque na ocupação Dona Cida, as quatro ocupações possuem enorme complexidade e interação entre si, ao passo que eventos de variadas ordens que ocorrem numa ocupação, têm efeito em outras, seja no que diz respeito a articulação política local, seja em relação a alterações nas dinâmicas da vida cotidiana dos sujeitos que ali habitam.

Seguindo informações, até abril de 2016 a COHAB possuía 65,1 mil pessoas cadastradas na fila por financiamento habitacional. Em meio a esta conjuntura, no que diz respeito a moradia, explica a vice coordenadora da ocupação Dona Cida, “Bia”

Tinha muita gente procurando a gente, que não tinha lugar pra morar. E aqui [Ocupação 29 de Março] a gente estava sem espaço. A gente chegou a uma contagem de 300 pessoas que não tinham condições. Uns tinham sido despejados, outros estavam pra ser despejados de casa, que não tinham dinheiro e estavam desempregados. [...] Formamos um espacinho, tipo de 6x9m, um terreninho pra cada um fazer uma casinha. Então no começo ficaram em barraquinha, teve cozinha comunitária. A gente ajudou no que foi possível também ali, né? [...] Então foi isso que aconteceu. A gente foi atrás, conseguimos e colocamos. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Trazendo a discussão para as formas de organização existentes temos que, em cada uma das ocupações, existem algumas lideranças específicas. São os chamados coordenadores e vice coordenadores. Quando perguntado sobre este tema e sobre a influência que teve o movimento social nesse formato de organização, discorre Bearzoti Filho

Veio [a influência] num sentido amplo, né? Que também a gente respeitava as formas de organização já existentes e tal. Mas desde o começo nós montamos, né? Procuramos incentivar as coordenações, em alguns momentos fomos proativos no sentido de estabelecer coordenações ou de mudar coordenações. E ao mesmo tempo, eles também foram se organizando, indicando vice coordenadores ou coordenadores, pessoal de apoio, foram criando uma dinâmica. Mas o hábito de fazer assembleias periódicas no início das ocupações, de dar informes, de montar reuniões de coordenação, eu acho que teve um forte estímulo de nossa parte. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Participaram da assembleia moradores, coordenadores, militantes do MPM, apoiadores acadêmicos, apoiadores externos individuais, políticos locais, entre outros sujeitos. Como encaminhamento retirado na assembleia, realizou-se um ato coletivo, na semana seguinte, que partiu da Praça 19 de Dezembro e foi até a sede da Prefeitura de Curitiba.

Por este ângulo, percebe-se que nesta relação existe um encontro entre setores populares da sociedade com outras classes sociais formando um tipo de manifestação de maior alcance do que teriam separadamente. Sobre este aspecto, discorre Bearzoti Filho

O movimento social, no meu modo de ver, é um encontro de militantes de origens nas classes médias, ou pelo menos com letramento, [...], e que em geral, portanto, vem das classes médias; não é uma regra, mas é tendência. [...]. Eu acredito que a ideia da organização plenamente espontânea seja um mito. [...]. Quando eu digo mito, eu não estou dizendo 100% dos casos, né? Como eu poderia fazer uma afirmação tão genérica. Mas em geral, tudo aquilo que passa por tão espontâneo assim, ele também teve algo que veio do estudo, da formação acadêmica, da leitura, do letramento. [...]. Ao mesmo tempo, os militantes com formação acadêmica devem militar junto ao povo, caso contrário, não são nem exatamente militantes. É esse encontro que institui os movimentos sociais. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Neste segmento avalia, também, a participação do MPM na ocupação Dona Cida e nas outras

Entendo que nós participamos como movimento, na assessoria jurídica, ajudamos a organização, nós colocamos princípios e métodos de organização que não são exatamente espontâneos no povo e, ao mesmo tempo, aprendemos sobretudo com a combatividade popular, que é maior que a dos quadros, aprendemos o envolvimento no dia a dia, até na cidade, a persistência, a resiliência, a resistência de estar nas áreas, de estar na dificuldade, a maneira direta, objetiva com que o povo compreende a realidade. Entendo, portanto, que foi uma tentativa, até certo ponto bem-sucedida, até certo ponto envolveu contradições e obstáculos, mas uma tentativa de síntese dessas duas perspectivas. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Simultaneamente a esta reflexão, podemos trazer também a perspectiva das lideranças sobre o envolvimento do MPM com as ocupações, como demonstra a narrativa da vice coordenadora da Dona Cida,

Se o movimento não fosse tão forte a gente não teria conseguido, entendeu? Porque são eles que apoiam a gente em tudo que a gente faz. Porque sem eles a gente não é nada aqui. Por exemplo, chega um advogado, chega a polícia, quem é que vai? O movimento que vai vir e que vai resolver, não é nós. A gente só faz a coordenação e ajeita tudo, deixa as famílias todas encaminhadas, mas quem faz tudo é o movimento. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Sobre a atuação dos coordenadores nas ocupações, como tendência em diferentes tipos de organização popular, percebe-se uma variação quanto a intensidade de mobilização conforme a demanda e as carências da comunidade. Neste sentido comenta Bia,

Estamos em bem poucos coordenadores, porque antigamente precisava de mais, porque era uma organização mais cerrada, mais forte, era mais gente, era mais ajuda que a gente precisava. Conforme a gente vai encaminhando um por um, eles vão deixando aquela necessidade da gente, entendeu? Daí a gente fica mais em poucos, se era dez, só fica um ou dois, [...] então sempre tem um corre, entendeu? (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Outro ponto que chama atenção no contexto da ocupação Dona Cida, no que diz respeito a organização local, é a discussão da construção de uma associação de moradores. A ideia, de acordo com Bia, foi discutida e proposta uma gestão com 12 moradores na diretoria.

A gente decidiu foi ano passado [2017], que a gente precisava de uma associação. Até por causa das doações, CNPJ, essas coisas, que a gente não tem. E como a gente não tem uma associação, fica mais difícil pra gente conseguir essas coisas. [...]. Todo mundo entrou em comum acordo entre os coordenadores. Vamos fazer uma associação, e surgiu. [...]. Não tinha barracão pra gente guardar, pra fazer uma reunião, guardar as doações que, vem roupas, vem doce, vem calçado. [...]. Que nem agora, não tinha lugar pra guardar, aí teve que fazer uma casinha lá e tal, um barraquinho pra poder colocar. Então, a proposta da casa da criança, da associação, foi pra gente ajudar a população, porque sem isso não tem como a gente fazer. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

O debate tratado nos parágrafos acima vai ao encontro com o que foi pontuado no tópico anterior, referente a Associação 23 de Agosto, no que diz respeito a importância da construção de um espaço físico para a realização de atividades na comunidade. Essas eram as tendências de organização, como narrado por Bia, até o dia da realização da entrevista com a vice coordenadora da ocupação Dona Cida. Esse quadro, entretanto, viria a mudar drasticamente após o episódio do incêndio ocorrido na ocupação 29 de Março no início do mês de dezembro de 2019 – que será tratado mais adiante - justamente por conta do fator supracitado que envolve as carências e demandas da comunidade *versus* a intensidade de mobilização.

Buscou-se ilustrar parte dos sujeitos e organizações envolvidos com o caso da ocupação Dona Cida no formato de um organograma, representado pela Figura 02. Com efeito, o objetivo não passa por discutir todos os sujeitos envolvidos, tendo em vista a complexidade das relações. Todavia, com base em trabalhos de campo, diários e análise das entrevistas narrativas, busca-se sintetizar e tornar compreensível uma parte do todo.

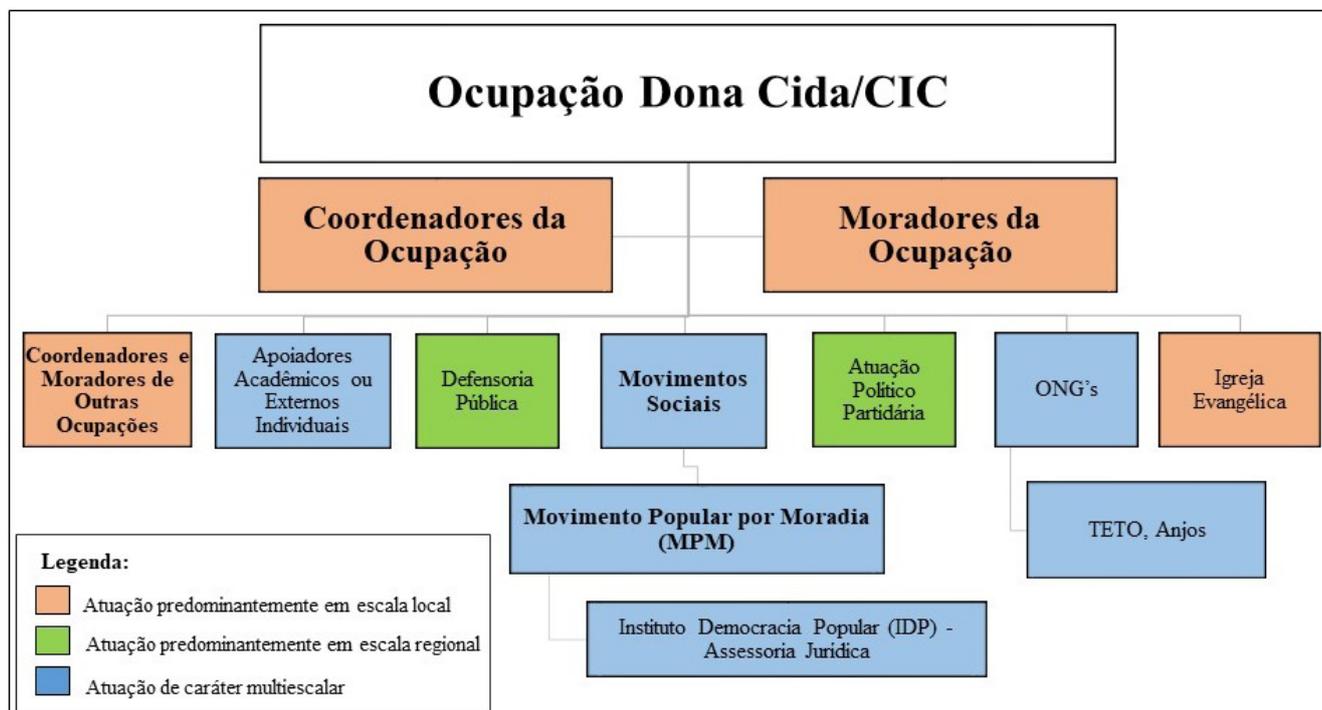


Figura 02. Ocupação Dona Cida: organograma de Organizações e Sujeitos Atuantes. *Elaboração: Lima e Cigolini (2019). Fonte: Entrevistas e trabalhos de campo na comunidade.*

No organograma, buscou-se explorar alguns sujeitos que participam da dinâmica da ocupação Dona Cida. A intenção, evidentemente, não é a de criar hierarquias entre estes sujeitos e organizações, apenas de apresentar algumas interações. Tendo isso em vista, além dos coordenadores e moradores da ocupação e da atuação do MPM, destacamos a participação do Instituto Democracia Popular (IDP) na assessoria jurídica das ocupações. Além disso, nos trabalhos de campo, conversas informais e narrativas, podemos elencar a atuação da Defensoria Pública, também, no que diz respeito a parte jurídica.

Apoiadores acadêmicos e apoiadores individuais mostram-se importantes, não só pela atuação local, como no papel de levar questões e particularidades das ocupações para outras esferas de debate; seja em sentido acadêmico, em trabalhos, discussões ou grupos de estudos, seja no sentido amplo, como círculos sociais. A igreja, reconhecida há tempos como um poder de forte atuação nos estudos de ativismos sociais, cumpre também seu papel nas ocupações; realizam cultos, ações direcionadas a crianças e tem, marcadamente, participação em espaços como assembleias, por exemplo. Como destaque, neste ponto, realçamos uma tendência percebida nos dois estudos de caso: atualmente, a participação da igreja evangélica parece ter crescido frente a atuação da igreja católica.

Também as ONG's e representantes político-partidários. É notável a atenção de alguns

destes últimos quanto ao caso do complexo das ocupações, como perceptível em ações como a audiência pública realizada tratando o direito à moradia na Câmara Municipal de Curitiba. O que não impede, novamente, ações contraditórias em meio ao todo, como pontuado na narrativa de Bia, de sujeitos que aparecem com promessas em época de campanha.

Por fim, não poderíamos deixar de tratar, pelo menos brevemente, do incêndio ocorrido na ocupação 29 de Março, localizada em frente à ocupação Dona Cida.

No dia 7 de dezembro de 2018, após uma ação policial que vem sendo investigada desde então, para apuração das responsabilidades, foi provocado um incêndio que tomou conta de grande parte das casas do terreno da ocupação 29 de Março. Desde a ocorrência do fato, houve grande mudança no que diz respeito a atuação política e organização nas comunidades. Destacamos a atuação da ONG TETO no processo de reconstrução da ocupação, como, também, o aumento na intensidade de mobilização, tanto entre os moradores e coordenadores, quanto de apoiadores acadêmicos, individuais, igrejas, escolas, órgãos públicos: criou-se uma rede de voluntariado em torno da causa. A ocupação 29 de Março segue resistindo e dando sequência no processo de reconstrução das casas incendiadas. Da mesma forma, neste momento, Dona Cida, Nova Primavera e Tiradentes são todos 29 de Março.

A Territorialidade das organizações populares: potencialidades e limitações no contexto dos estudos de caso

Com base nos estudos de caso da Associação 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida – sustentado por trabalhos de campo, narrativas, registros fotográficos e diários de campo, busca-se preencher uma lacuna não contemplada pelo discurso do urbanismo modelo existente em Curitiba: a exposição destes casos mostra que a questão da moradia desponta como avesso necessário da condição de realização de um planejamento virtuoso nas áreas de centralidade da capital paranaense.

Embora as organizações populares supracitadas, trabalhadas sob a ótica dos ativismos sociais, tenham suas origens ligadas a um problema estrutural em comum, intrínseco a produção capitalista do espaço, faz-se necessário pontuar, de início, algumas diferenças marcantes entre elas.

Primeiramente, devemos mencionar a questão das diferenças de temporalidade. Enquanto a Associação 23 de Agosto tem sua história vinculada a ocupação da Vila 23 de Agosto, nos idos de 1991, a ocupação Dona Cida floresce em 2016, dois contextos históricos e políticos diferentes.

Neste sentido tem-se, de um lado, uma associação de moradores vinculada a um processo de 28 anos de luta, indo desde conquistas vinculadas a estrutura urbana do bairro até a regularização fundiária do terreno ocupado e, de outro, uma ocupação organizada e assessorada por um movimento social, que caminha para o seu terceiro ano de existência, isto é, de resistência. Este fator representa, também, dois contextos de luta que fazem toda a diferença na análise. No caso da Associação 23 de Agosto, a conquista da regularização fundiária deu aos moradores uma base que não existe na ocupação Dona Cida até o momento: a segurança de posse. Tendo isso em vista, e levando em consideração os processos históricos de construção, busca-se comparar as lutas atuais dos dois casos, dando destaque ao entendimento da complexidade, dinâmica, potencialidades e limitações dessas organizações populares e suas territorialidades.

Haesbaert (2015) apresenta ideias advindas da obra de Michel Foucault, colocando que o poder implica sempre em resistência, onde os grupos subalternizados estão continuamente reconstruindo sua territorialidade dentro do movimento desigual de dominação e resistência. Ainda considerando a obra de Foucault (1979), sabe-se que os poderes se exercem em diversos níveis e escalas, não sendo restritos ao Estado, como pensou-se por muito tempo. Assim, todo o debate de poderes que envolve os estudos de caso deste trabalho tem, ao menos no que se refere ao ponto de partida, uma perspectiva contra hegemônica.

Não significa dizer que não existam interações/relações com o Estado – ou, poderes hegemônicos, no contexto de cada processo.

Outro ponto vai ao encontro da discussão de Gohn (1991), que faz um balanço das teorias que estabelecem os movimentos sociais urbanos, de forma geral, e analisa práticas e manifestações concretas do caso brasileiro. Gohn ressalta a importância da análise da correlação dos sistemas de forças sociais. Nesta, podemos entender a composição destes movimentos como uma somatória de forças entre uma base, lideranças, assessorias e apoiadores. Embora, neste trabalho, tratemos de organizações populares que se manifestam como ativismos, tendo ou não envolvimento de movimentos sociais, o raciocínio facilita a compreensão desses fenômenos.

Igualmente, destacamos que, ao considerar as relações de poder na produção do espaço, abre-se um grande leque de possibilidades, escalas de análise e sujeitos. Portanto, faz-se necessário delimitar quais relações de poder se busca sendo elas as relações que envolvem mais diretamente as resistências populares. Com base neste ponto, e de forma a não criar níveis ou hierarquias na rede de inter-relações existentes, propõe-se interpretar a organização política da Associação de Moradores 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida a partir de três esferas, sendo elas: (1) a esfera de organização política estatal, (2) a esfera de organização política local, e, (3) a esfera de organizações políticas em geral. Deste modo, chama-se atenção para as redes de inter-relações que ocorrem coetaneamente, por vezes em conflito, entre uma esfera e outra, assim como entre as três, como representado na Figura 03.



Figura 03. Esferas de organização política para interpretação dos ativismos.
Elaboração: Lima e Cigolini (2019).

Em cada esfera, podemos elencar um conjunto de atores ou sujeitos. Na esfera de organização política local temos, por exemplo, os moradores e, até mesmo, a influência de lideranças religiosas. Na esfera de organizações políticas em geral, podemos elencar os coletivos (Alicerce Popular), os movimentos sociais no sentido estrito (MPM e, recentemente, ações pontuais do MST nas ocupações), Organizações Não Governamentais (TETO, Anjos), apoiadores acadêmicos (Projeto Ocupações Urbanas, Ateliê de Arquitetos), proje-

tos atrelados a ações de diferentes instituições religiosas (com ênfase para a participação de Igrejas Evangélicas), partidos políticos e seus representantes (cumprindo mandato ou não), assessoria jurídica (IDP), entre outros.

Na esfera de organização política estatal, pode-se colocar políticos já eleitos em cumprimento de mandato (principalmente vereadores, deputados estaduais e prefeitos), secretarias e regionais de Curitiba, Defensoria Pública, Ministério Público, empresas estatais (COHAB, por exemplo), órgãos prestadores de serviços básicos (água, luz, transporte, segurança pública). Nesta esfera, parte das relações ocorre de maneira bastante conflituosa.

O caso da Associação 23 de Agosto se enquadra no que Souza (1988; 2010; 2011) caracteriza como ativismo de bairro. Este tipo de ativismo aparece inserido dentro do que o mesmo chama de ativismo social em geral. Embora tenha surgido no contexto de uma vila que foi parte de um processo histórico de ocupação tendo, inclusive, apoio de movimentos sociais de luta por moradia existente na região Sul de Curitiba na época. Atualmente, a organização política existente em torno da associação trava lutas frente a produção do espaço na escala do bairro e busca criar pontes de auxílio aos moradores da Vila 23 de Agosto. Sobre a participação dos movimentos, elucida a presidente da associação

Pro ano que vem, se Deus quiser, a gente está pensando em retomar o movimento de moradia da região Sul de Curitiba. É um movimento da região Sul mesmo, que é: Pinheirinho, Xaxim, Alto Boqueirão, Sítio Cercado e o Ganchinho agora, né? [...]. Nós demos uma parada agora, em setembro...agosto foi a última reunião desse ano. Mas a gente vai voltar, reorganizar o movimento pra lutar pelas pessoas que não tem onde morar ainda, né? Porque tem muita gente que paga aluguel ainda que não conseguiu. Agora ficou por conta das empreiteiras. Então, tem que se reorganizar o movimento de moradia. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Dentre as potencialidades presentes na Associação 23 de Agosto, destaca-se a atuação, como relação de apoio, do Coletivo Alicerce Popular. As atividades realizadas pelo coletivo em diálogo e parceria com a associação como o Cursinho Alicerce 23, a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto e o Cine Clube criam uma dinâmica importante, atividades sempre alinhadas com a formação política dos moradores que participam. Ainda que aconteçam no espaço da Associação outras atividades, que também possuem dinâmica interessante (como a padaria comunitária, cursos e aulas de capoeira, por exemplo), é evidente que a dinâmica de interação causada pela relação entre diretoria da associação e o coletivo Alicerce Popular potencializa a organização política como um todo.

Outra potencialidade diz respeito a uma certa herança política construída pelo processo histórico firmado na ocupação da Vila 23 de Agosto, que reflete por uma espécie de “pensamento comunitário” presente em parte dos moradores, principalmente nos mais antigos, e que aparece na organização da associação. Além da participação do Alicerce Popular, deve-se destacar também a presença de apoiadores externos na realização de parte das atividades que, como pontuado anteriormente, além da atuação local, levam o debate para outras esferas sociais.

O espaço físico da associação também aparece como uma potencialidade, no sentido de ser, para a Vila 23 de Agosto, uma centralidade em escala local, criando uma territorialidade onde as coisas acontecem: atividades diversas, assembleias, reuniões, não apenas à associação de moradores, mas um espaço de interação e uso dos moradores da vila.

Em contrapartida, como em qualquer organização popular, devemos pontuar algumas limitações. Primeiramente, houve uma aparente desmobilização dos movimentos de luta por moradia, que estava presente no início da ocupação. Outro ponto importante para a discussão, que envolve a capacidade de mobilização deste caso, diz respeito ao marco histórico da regularização fundiária. Ainda que, coetaneamente, existam outras lutas em pauta (ligadas a garantia de equipamentos urbanos), a segurança da posse veio acompanhada de uma sensação de estabilidade, de “dever cumprido” para parte dos moradores.

Sobre a participação dos moradores e a mobilização, ainda que a diretoria, Alicerce e outros apoiadores promovam uma quantidade razoável de atividades, a participação é, por vezes, incipiente. Por fim, destacamos um fator comum a muitas organizações: a sobrecar-

ga de tarefas sobre membros da diretoria e, até mesmo, sobre militantes do coletivo. Sobre a Construção Coletiva do Parque 23 de Agosto, por exemplo, diz Martins

Quando as pessoas se organizam, elas tendem a se comprometer mais com as coisas. Eu acho que se tivesse mais pessoas que se comprometessem a participar de algo de forma contínua, o negócio andava com muito mais facilidade. Mas é bem problemático isso, principalmente quando as pessoas trabalham bastante em serviço pesado, como é aqui na vila. [...]. Falta energia pra tentar o comprometimento, aí você fica empurrando as coisas, né? (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Há, na vila, um esgotamento da capacidade de funcionamento de serviços como creches, escolas e postos de saúde frente ao crescimento do bairro. Neste ponto, o entrevistado acima citado aponta que, a partir dessa carência, existe um espaço para atuação e organização da comunidade, no sentido de criar pressão nos órgãos públicos responsáveis pela atuação dos moradores.

No que diz respeito a Ocupação Dona Cida, não podemos caracterizar o caso, por completo, como um ativismo/movimento social no sentido estrito. Tratamos aqui, de uma ocupação urbana, organizada e com atuação ativa de um movimento social, o Movimento Popular por Moradia (MPM).

Embora a Dona Cida caminhe para seu terceiro ano, desde a ocupação do terreno, chama-se a atenção para a dinâmica que envolve o contexto das quatro ocupações, considerando que a primeira ocupação do complexo ocorre em 2012.

No que diz respeito as potencialidades existentes nas redes de relações entre sujeitos e organizações na Ocupação Dona Cida, destaca-se, em primeiro lugar, justamente o fato de a ocupação ter sido organizada por um movimento social no sentido estrito. Souza e Rodrigues (2004), mostram que estes movimentos sociais se diferenciam dos ativismos sociais, em geral, no sentido de que as ações não são pensadas apenas pontualmente. Existe uma reflexão mais profunda a respeito das pautas, problemas conjunturais e um horizonte de luta.

No caso do Movimento Popular por Moradia, trata-se de um movimento social urbano que atua em torno da questão da moradia. Parte da dinâmica de organização política existente na comunidade possui herança da atuação do movimento, como as coordenações, assembleias periódicas, atos, repasses, etc. Tendo isso em vista e considerando que a atuação do movimento se faz presente até hoje – ainda que atualmente as principais atuações sejam de apoio em questões organizacionais e assessoria jurídica – as relações de interação entre a comunidade, lideranças e o movimento aparecem como uma das principais potencialidades no contexto das ocupações.

Outro ponto que surge, como potencialidade, no contexto das ocupações, está relacionado a presença de apoiadores externos, sejam eles acadêmicos, individuais ou políticos. Estes sujeitos criam uma dinâmica, tanto no desenvolvimento de atividades no espaço da comunidade, quanto na possibilidade de levar as particularidades e pautas das ocupações para outros meios ou círculos sociais. Cria-se um horizonte de visibilidade para a comunidade, para a luta pela moradia e pelo direito à cidade, expondo as contradições no discurso da “Curitiba modelo”.

Gostaríamos de enfatizar, como potencialidade, a centralidade que a ocupação Dona Cida vem ganhando diante do complexo de ocupações. Analisando-se o contexto, o fato de ter sido a última das quatro ocupações fez com que a experiência oriunda dos três processos anteriores guiasse a organização da ocupação de melhor forma. Neste sentido, existem ruas mais largas e alguns espaços reservados para organização coletiva, a exemplo dos terrenos destinados a construção da sede física da associação de moradores e da “casa da criança”. O parquinho, construído na Dona Cida, em parceria com apoiadores externos, também aparece como um espaço atrativo em matéria de lazer no contexto local, sendo uma das poucas opções próximas de divertimento para as crianças.

Por fim, destacamos a centralidade da chamada “tenda azul”, também na ocupação Dona Cida. Comprada por intermédio de ações de arrecadação feitas pelos próprios moradores, a falta de um espaço físico para ações, reuniões e assembleias faz com que todas as ativida-

des a serem realizadas na ocupação sejam direcionadas à tenda azul, como reforçado por Bia “[...] pra reuniões, pra festinhas.... Basicamente pra tudo ali, né? Tudo que vier é ali embaixo que a gente coloca”. Com o incêndio na 29 de Março, a capacidade de mobilização do complexo tem chamado a atenção, e, nesse contexto, a centralidade da Ocupação Dona Cida segue tendo papel fundamental para a comunidade.

No que se refere as limitações, um ponto que difere fortemente do estudo de caso, da Associação 23 de Agosto, diz respeito a completa insegurança na posse do terreno. Na Ocupação Dona Cida, os moradores estão diariamente em luta e em resistência, com o intuito de garantir o direito à moradia. Simultaneamente a essa resistência diária, a assessoria jurídica, principalmente de membros do Instituto Democracia Popular (IDP), buscam garantir os direitos dos moradores em outras instâncias, na defesa dos mesmos frente aos proprietários do terreno. Destaca-se, ainda, a complexidade do cotidiano nas ocupações que, em diferentes momentos, passaram por continuidades e descontinuidades na relação das bases e lideranças para com o movimento social, variando conforme as necessidades da ocupação. Sobre este tema, discorre Bearzoti Filho

Paradoxalmente, as pessoas se organizam mais no momento de crise. Então se você está na eminência de um despejo, as pessoas se organizam. Se a vila tem enchente, elas se organizam. Mas quando a água abaixa, quando o período das chuvas passa, que entra aquela vida cotidiana normal, existe uma natural dificuldade de se organizar. Diz o Pochmann [Marcio Pochmann], novamente citando, diz ele, né? Que as Igrejas Evangélicas e o próprio crime são as instituições, se assim podem ser chamadas, que de maneira mais efetiva souberam adaptar-se a essa nova sociedade de serviço e organizá-la. Existe, talvez, uma mudança paramétrica, com novas formas de organização. O movimento consegue organizar, mas não é fácil, né? Existe uma tendência natural, na vida cotidiana e normal, que as pessoas fiquem em casa, fiquem com as suas famílias, que vão do trabalho para casa e tenham formas de organização relativamente soltas, fluidas. A Igreja, de fato, é uma exceção notável dentro dessa tendência, sobretudo as igrejas de denominação evangélica. (Entrevista concedida aos autores do presente trabalho).

Além de problemas estruturais como água, energia elétrica, saneamento, transporte, entre outros, deve-se pontuar a existência inerente de questões que fogem da responsabilidade das organizações populares, como a violência e a ação do poder paralelo. Com base na discussão tratada nesta seção, organizou-se um quadro síntese com as potencialidades e limitações das organizações populares tratadas nos estudos de caso, representado pela Figura 04.

Organização	Potencialidades	Limitações
23 de Agosto	Base construída com apoio de movimentos de luta por moradia contemporâneos a ocupação do terreno.	Aparente desmobilização dos movimentos de luta, por moradia ,existentes na época da ocupação da vila.
	Atuação do Coletivo Alicerce Popular.	Apesar de certa estabilidade dada pela regularização fundiária de parte do terreno, houve perda na capacidade de mobilização
Dona Cida	Articulação com apoiadores acadêmicos e apoiadores externos individuais.	Esgotamento de capacidade de funcionamento de serviços como creches, escolas e postos de saúde frente ao crescimento do bairro.
	Desenvolvimento de atividades diversas pela associação no sentido de encontros, reuniões, organização e formação política.	Participação, por vezes, incipiente dos moradores em atividades da associação.
	Espaço físico da associação de moradores como centralidade para a Vila 23 de Agosto.	Sobrecarga de tarefas no que diz respeito a organização de atividades da associação entre a diretoria.
	Base inicial advinda, fundamentalmente, de um movimento social em seu sentido mais estrito.	Conflitos de ordem jurídica com os proprietários do terreno; constante sensação de insegurança de posse.
	Atuação do Movimento Popular por Moradia (MPM) desde o início do processo de ocupação dos terrenos.	Continuidades e discontinuidades ao longo do tempo, tendo em vista a complexidade do cotidiano das ocupações.
	Articulação com apoiadores acadêmicos e apoiadores externos individuais.	Precariedade em serviços como água, energia elétrica, transporte, educação, saúde e lazer.
	Realização de reuniões, assembleias e táticas como atos coletivos em defesa da comunidade.	Carência de espaços físicos para a realização de atividades e armazenamento de doações recebidas.
Centralidade da ocupação como um todo no contexto do complexo de ocupações - “tenda azul”, parquinho, projeto de associação de moradores.	Há, inevitavelmente, preocupação com fatores que fogem da responsabilidade das organizações, como a violência e a ação do poder paralelo.	

Figura 04. Síntese de potencialidades e limitações das ocupações 23 de Agosto e Dona Cida.
Elaboração: Lima e Cigolini (2019).

Os estudos de caso tratados, guardadas as devidas proporções, possuem diferenças e semelhanças, momentos de aproximação e afastamento. Cada um com suas lutas e particularidades, porém, alguns problemas parecem comuns em ambos os estudos de caso.

Embora não sejam ativismos sociais com o mesmo enquadramento conceitual e correspondam a processos históricos diferentes, ambos os casos têm como ponto de partida a questão da moradia. Mais do que isso, partem da questão da moradia no município de Curitiba, apontando uma contradição na produção capitalista do espaço que foi, claramente, encoberta, minimizada e silenciada diante do discurso do *citymarketing* da capital paranaense. Os estudos de caso expõem a contradição em torno da questão da moradia em Curitiba, explicitam conflitos e mostram relações de poder na atuação e organização dos sujeitos em redes de mobilização.

Ainda no fim da década de 80, assinalava Souza (1988), reflexões acerca de ativismos remetem direta ou indiretamente a questões relativas a descentralização e desconcentração do poder no espaço, no sentido de criar núcleos de poder para além do poder hegemônico do Estado. Neste sentido, vale mencionar que, na perspectiva de Souza (1988, p. 110), alguns ativismos “[...] mesmo sem exteriorizarem um confronto político direto, protagonizam experiências que precisamente revelam o desejo de não reproduzir estruturas heterônomas e que encarnam à vontade [...] de controle comunitário e local da vida urbana”. Com base no conteúdo abordado, ressalta-se: embora a discussão dos estudos de caso seja de grande complexidade, temporalidades distintas e não se enquadrem, conceitualmente, num mesmo tipo de ativismo social, consideramos que ambos os contextos possuem elementos do que Rolnik (2015) trata como porosidades, resistências e quebras de consenso.

Nesta lógica, salienta-se a existência de uma territorialidade dessas organizações populares. As relações de poder entre os sujeitos, atuando em rede, concretizam-se no espaço, em diferentes esferas de atuação e de forma poli dimensional quanto as pautas de luta. O que significa isso? A complexidade das relações sociais faz com que se torne inviável delimitar até onde vão as ações de cada sujeito em cada contexto dos estudos de caso.

Neste sentido, ao mesmo tempo que uma liderança possui atuação predominantemente local - mediando situações dentro da comunidade, organizando reuniões com os moradores, etc., há a possibilidade de os mesmos sujeitos participarem de reuniões de coletivos, partidos, audiências públicas, entre outros espaços que tornam suas ações não mais especificamente locais, ou seja, os sujeitos, organizados em redes, envolvidos na dinâmica e na produção do espaço das organizações populares, exercem suas relações de poder de forma multiescalar.

Embora se utilize de esferas de organização política, para tornar o conteúdo da reflexão mais didática, sabemos o quanto é difícil precisar quais esferas abrangem quais sujeitos. Ainda, percebe-se que as pautas existentes nos estudos de caso não se restringem ao local, mas sim a um contexto maior de luta por moradia e pelo direito à cidade.

Podemos afirmar que nosso objetivo não passa por delimitar, afirmar ou simplesmente concluir ideias sobre estes fenômenos, mas passa por demonstrar sua complexidade, contradições, conflitos e agregar elementos para que as questões de pesquisa levantadas neste trabalho ganhem espaço e sejam melhor compreendidas. Por fim, prevalece discussão de Massey (2008) frente ao sentido global dos lugares; as lutas e resistências possuem múltiplas escalas e interações e, em nosso caso, convergem para a produção dos espaços aqui trabalhados.

Considerações finais

Analisar a conjuntura das metrópoles no contexto brasileiro passa por refletir o papel de ativismos sociais, movimentos populares e outras formas de resistência como agentes produtores do espaço urbano. Problemas de ordem fundiária, segregação sócio-espacial e a dificuldade no acesso à moradia mostram-se como parte de uma condição funcional para a reprodução capitalista do espaço.

Buscou-se mostrar que em Curitiba, uma cidade onde a produção do espaço é marcada pelo “mito da cidade modelo”, os conflitos e contradições seguem pulsando. Com isso, se quer dizer que, mesmo com suas particularidades históricas, no que diz respeito ao planejamento urbano, Curitiba não fica distante do contexto urbano brasileiro, haja vista que está inserida no modo capitalista de produção do espaço onde contradição e conflito são intrínsecos. Conclui-se que a luta em torno da questão da moradia possui, na capital paranaense, uma grande relevância se exploras as contradições coetâneas no espaço urbano da cidade. Considera-se, assim, que a questão da moradia coloca em xeque o discurso de Curitiba como uma cidade modelo em planejamento, como discutiu Albuquerque (2007).

Tratando do contexto de Curitiba Oliveira (2000), diz que a contestação da imagem da cidade só poderia advir do que o autor nomeou como “classes subalternas”. O espaço aparece como condição necessária para a reprodução das estratégias, das mobilizações políticas. Como nos apontou Rolnik (2015), os processos hegemônicos no contexto da produção do espaço não devem ser encarados como um bloco monolítico; neste grande bloco, existem porosidades, resistências e quebras de consenso. Nestes espaços, questiona-se o *status quo* e prefigura-se outros urbanos possíveis; em cada resistência, em cada apropriação do espaço torna-se como lugar de multiplicidade e liberdade.

Nesta perspectiva, as organizações populares aparecem como uma possibilidade de organização política, ação direta e resistência frente aos conflitos urbanos. Com base no desenvolvimento dos estudos de caso referentes a Associação de Moradores 23 de Agosto e da Ocupação Dona Cida mostrou-se a existência de uma territorialidade relacionada a essas organizações populares, no sentido que há uma diversidade de relações de poder ocorrendo entre os sujeitos, organizados em redes, que se concretizam no espaço de forma coetânea, em proporções multiescalares e em diferentes esferas de atuação.

Embora se tenha utilizado de esferas de organização política, para entender o conteúdo trabalhado, reconhece-se o quão difícil é precisar quais esferas abrangem quais sujeitos; em que escala de atuação se enquadram ou até onde vão suas relações e sua influência ou capacidade de mobilização. Soma-se a isso as particularidades e contradições internas existentes em cada um dos estudos de caso. Pensando nisso, reafirma-se o fato de que o objetivo não passa apenas por delimitar, afirmar, concluir ou esgotar nosso raciocínio. Nosso objetivo passa, também, por demonstrar a complexidade, os processos, explorar de forma dialética os conflitos, contradições e agregar elementos e leituras para que as questões levantadas neste trabalho ganhem espaço e sejam melhor compreendidas. Por fim, gostaríamos de ressaltar que o poder, como vimos no decorrer do trabalho, implica em resistência. Os ativismos, movimentos sociais, organizações populares, são formas apresentadas pelos sujeitos de se colocarem como participantes ativos na sociedade, como discutia Marcelo Lopes de Souza.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo”**. Dissertação (Mestrado). FAU, USP. São Paulo: USP, 2007.
- BOULOS, G. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Scortecci, 2012.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012 [1979].
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Viver no Limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- JOVCHELOVITCH, S., BAUER, M. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M., GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002 [2000].
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].
- OLIVEIRA, D. **Curitiba e o Mito da Cidade Modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- SOUZA, M. L. **O que pode o Ativismo de Bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista**. 241p. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- _____. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. In: **CIDADES - Revista Científica**. v. 07, n. 11. Brasília, 2010.
- _____. *As cidades brasileiras e os movimentos sociais no início do século XXI: sete questões para provocar o debate*. In: PEREIRA, E., DIAS, L. (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil**. Florianópolis: INSULAR, 2011.
- _____. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015 [2013].
- SOUZA, M. L., RODRIGUES, G. B. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- TONELLA, C. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal? **Caderno Metropolitano**. v.12, n.23. p. 239-262. São Paulo, 2010.
- VOLOCHKO, D. Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências. **Geotextos**. v. 12, n. 01. p. 37-50. Salvador, 2016.